

A qualidade ambiental como fator de competitividade de destinos turísticos

Vivian Costa Brito
Ana Solange Biesek
UNIFACS

RESUMO: O turismo, enquanto atividade socioeconômica utiliza como recurso básico o ambiente e os ecossistemas frágeis. Seus impactos denotam vários questionamentos, sobre a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, por isso requer uma análise ampliada a respeito do seu desenvolvimento e ordenamento territorial. Os fatores endógenos e exógenos presentes neste contexto são a base para a compreensão da dinâmica local/regional da repercussão do turismo em uma localidade e à rede formada em seu entorno social e econômico. Este artigo tem por finalidade discutir o quanto a qualidade ambiental é fator de competitividade dos destinos. Como fundamentos teóricos centrais desta análise utilizam-se dos conceitos de desenvolvimento sustentável e ecoturismo, que servirão de base para compreender o modelo de desenvolvimento que deve embasar as tendências para o desenvolvimento dos destinos turísticos. A base metodológica do trabalho é fundamentada em uma pesquisa de caráter exploratório, com base em pesquisa bibliográfica. A qualidade ambiental indicador de alto padrão para os destinos turísticos. Quanto mais se mantiver os aspectos culturais e naturais próximos de seu caráter singular, maior a sua atratividade.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento sustentável. Ecoturismo.

INTRODUÇÃO: A crise ambiental exposta pela mídia e discutida nos fóruns e congressos mundiais durante os últimos 50 anos, fez surgir os movimentos ambientalistas no mundo. Neste escopo está presente uma problemática vinculada às questões paradigmáticas da sustentabilidade e do desenvolvimento.

O crescimento econômico desordenado, não gerador de desenvolvimento efetivo, sobretudo da atividade turística, produz uma pressão antrópica sobre os ambientes frágeis. Seu impacto apresenta dimensões variadas de forma a expandir-se por todos os segmentos: econômicos, sociais, culturais, ambientais e espaciais concordando com a afirmativa de Capra¹ de que os problemas mais críticos

enfrentados hoje pelo homem - seja em nível político, econômico, social, de saúde ou ecológico - integram uma complexa crise de percepção da realidade.

As variáveis endógenas e exógenas de acordo Boiser (1989 apud OLIVEIRA e LIMA, 2003) são as bases para o entendimento da dinâmica local/regional e servem de fundamento para compreender o turismo e à rede formada em seu entorno social e econômico. As variáveis endógenas são os aspectos socioculturais e ativação social da população, estas serão tratadas neste artigo como elemento central de discussão. E os fatores exógenos são: a alocação de recursos (aspectos econômicos) e a compensação (aspecto político).

Este artigo tem como finalidade discutir a qualidade ambiental como fator de competitividade de destinos turísticos sob a égide do modelo de governança aplicado, analisando o papel da comunidade nesse contexto e o modelo de desenvolvimento turístico justaposto.

Para a compreensão da problemática tratada, fez-se uma pesquisa bibliográfica, que apresenta as bases que orientam o desenvolvimento sustentável. A definição de ecoturismo aplicada a esse estudo entende este como uma das principais tendências para o desenvolvimento turístico de forma sustentável, como forma de aliar conservação ambiental, experiência exótica e maior participação da comunidade.

O desenvolvimento sustentável e a emergência por uma qualidade ambiental

A preocupação a respeito da relação entre sociedade e natureza se intensifica a partir do século XX, quando as discussões sobre o tema tornam-se acirradas e alinhadas com as questões paradigmáticas do Desenvolvimento Sustentável, dos efeitos da Globalização e das possibilidades que traz o símbolo da Ecologia, conforme expressa Araújo (2003, p. 33) em seu artigo Do Global ao Local. Neste estudo serão apresentadas as principais discussões e as soluções apresentadas para equacionar a

relação entre sociedade, desenvolvimento e natureza, à luz do conceito de sustentabilidade.

A preocupação com o meio ambiente se intensificou a partir da década de 1970 com a Conferência de Estocolmo (1972), principalmente com críticas severas ao modelo de desenvolvimento aplicado, passando-se a questionar o modelo de base econômica. Essas discussões que antes eram consideradas aspectos que só interessavam aos ambientalistas, na década de 1980 passam por uma transformação profunda, abarcada de vez pela comunidade científica e o surgimento de um modelo de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável aparece pela primeira vez em um documento oficial através do *World Conservation Strategy*, lançado pelo PNUMA (ARAÚJO, 2003). O termo tem influência anglo-saxônica - *Sustainable Development* - e teve sua difusão na década de 1980, na qual surgiram outras expressões equivalentes: desenvolvimento durável, desenvolvimento viável e desenvolvimento sustentado.

A expressão desenvolvimento sustentável ficou popularmente conhecida no relatório *Our Common Future*, traduzido como Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, como é mais conhecido, publicado em 1987. Seu conceito é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

O documento apresentou uma crítica ao padrão de desenvolvimento assumido pelos países industrializados e reproduzidos pelos países em desenvolvimento. Neste documento são ressaltados os danos ao meio ambiente por uso excessivo dos recursos naturais sem nenhum estudo de capacidade de suporte dos ecossistemas. Compreende-se a incompatibilidade de se atingir um desenvolvimento sustentável a partir do modelo de produção e consumo da sociedade capitalista.

O Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) preconiza o conceito de

desenvolvimento sustentável como modelo de produção que deve ser absorvido pelas lideranças empresariais, como forma de preservar o meio ambiente. Nesse sentido, sugere-se o uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais reaproveitáveis; consumo racional de água e de alimentos; redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

Para Foladori (2002), a partir do Nosso Futuro Comum, com o conceito de desenvolvimento sustentável, desapareceu a dúvida se o ser humano devia ou não ser considerado como parte da preocupação da natureza.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é considerado pela literatura acadêmica como um avanço do termo ecodesenvolvimento, citado por Maurice Strong em 1973 (JACOBI, 1999), como fundamento básico da reunião de Cocoyoc no México, em 1974. O termo ecodesenvolvimento foi desenvolvido por Ignacy Sachs, economista polonês, naturalizado francês, que viveu no Brasil durante 14 anos, quando se refugiou da Segunda Guerra Mundial. Foi colaborador na organização da Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), de Estocolmo, e da Cúpula da Terra, a Rio-92. Sachs introduz o conceito de ecodesenvolvimento a fim de compatibilizar o desenvolvimento com o meio ambiente, aliado à idéia que era possível crescer sem destruir. É atribuída a Sachs a definição de ecodesenvolvimento como sendo:

Desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (RAYNAUT; ZANONI, 1993 apud MONTIBELLER-FILHO, 2001, 46-47).

O conceito de ecodesenvolvimento apresentado coloca a responsabilidade da

Promoção



Realização



base local na solução da problemática social e ambiental gerada pelo desenvolvimento econômico, como se as forças de base local pudessem frear os impactos provocados pelos mesmos.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável é um avanço do termo ecodesenvolvimento, existem diferenças entre eles? O primeiro possui ênfase em uma política ambiental, com base na responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações. E o segundo tem como objetivo atender as necessidades básicas da população, a partir do uso de tecnologias adequadas a cada ambiente e da discussão das relação sociedade/natureza, conforme explica OLIVEIRA FILHO (2004)

Sachs (1993) considera o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável como sinônimos por possuírem pontos comuns, passando a adotar ambos os conceitos indiscriminadamente. No entanto, ressalta que o ideal é poder tratar sobre o desenvolvimento sem colocar nenhum adjetivo “sustentável” ou prefixo “eco”. O autor, ao abordar a questão da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, delimita cinco dimensões:

- a) Sustentabilidade Social: o processo deve se dar de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais;
- b) Sustentabilidade Econômica: a eficiência econômica baseia-se em uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular de investimento público e privado. A eficiência deve ser medida, sobretudo em termos de critérios macro-sociais;
- c) Sustentabilidade Ecológica: compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais;
- d) Sustentabilidade Espacial: pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo;
- e) Sustentabilidade Cultural: significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções

particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (SACHS, 1993, p.25-26).

Para Sachs (1993) este modelo de desenvolvimento baseado na “*triple bottom line*”, agregando as dimensões ambiental, social e econômica, busca um equilíbrio do que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente saudável. Daí surge como paradigma à concepção de ecossistemas naturais. O ambiente passa a ser concebido como o todo onde o homem está inserido e como elemento do mesmo, a interação entre os elementos, juntamente com as estruturas criadas pelo homem, e os impactos destas no equilíbrio do ambiente.

Segundo Buarque (1996), o desenvolvimento sustentável é a interseção da “*triple bottom line*”: prudência ecológica, equidade social e eficiência econômica, porém esta interseção ainda é limitada e seu menor grau demonstra o grau de insustentabilidade do mesmo. Sua análise se fundamenta na abordagem tecnocentrista de que a tecnologia seria capaz de resolver a problemática ambiental. Pouco se discute em a respeito da relação entre homem e ambiente.

Utilizando-se da afirmativa de Sachs (1986), o autor tenta convencer sobre a possibilidade de se ter crescimento e qualidade ambiental com base na redefinição dos padrões de uso dos recursos e das finalidades do crescimento. Para Buarque (1996), na relação entre pobreza e degradação ambiental, entre o processo técnico e emprego, é o processo técnico que pode gerar fatores de insustentabilidade social.

A introdução dos problemas ambientais no planejamento surgiu na década de 1970. Buarque (1996) coloca que a questão ambiental emerge como mecanismo e instrumento de controle e reorientação dos estilos de desenvolvimento. Ele explica que o desenvolvimento sustentável parte de uma base

ética remetida à solidariedade, uma solidariedade inter-regional em cada geração, pois não se pode falar em desenvolvimento sustentável isolado.

Sachs (1995 apud JACOBI, 1999) introduz a necessidade de uma percepção aprofundada dos ecossistemas e uma idéia que se aproxima do modelo de desenvolvimento endógeno, no qual recomenda um pluralismo tecnológico, com base em uma tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo.

Estas dimensões sugerem uma necessidade de equiparar os níveis de qualidade de vida com a preservação ambiental. Surge a partir daí uma ênfase em modelos locais fundamentados em tecnologias apropriadas, a fim de minimizar a dependência técnica e cultural.

Podemos dizer que o desenvolvimento é a universalização efetiva do conjunto dos direitos humanos, por direitos humanos eu entendo não só os direitos cívicos, mas eu entendo direitos econômicos, culturais, sociais e todo conjunto de direitos coletivos (SACHS, 2006, p.1).

Foladori (2002) estabelece uma crítica à visão de Sachs (1993), enquadrando-a como tecnocentrista, ideologicamente comprometida com o capitalismo, uma das causas da problemática ambiental. O autor faz uma abordagem sobre a sustentabilidade socioambiental e as barreiras impostas pela lógica do sistema capitalista. Este explica que a sustentabilidade ecológica é a que possui menos desacordo, pois é descrita pelo equilíbrio e manutenção de ecossistemas, conservação e manutenção de uma qualidade genética das espécies e que determina a resiliência diante dos impactos externos. Considera que o modelo de Sachs (1993) concebe a sustentabilidade ecológica como de natureza externa ao ser humano.

Foladori (2002) coloca ainda que o critério de medição da natureza ecológica, mesmo que seja tecnicamente impossível, está baseado no conceito de integridade,

sem alterações humanas. Considera que quanto menor a ação humana mais sustentável ecologicamente. Essa visão preservacionista é que orienta os debates.

É a partir da adoção da sustentabilidade econômica que a análise da sustentabilidade se complica. O autor questiona como pode agregar crescimento econômico e eficiência produtiva, com base em um sistema capitalista? Como pode este ser congruente com a sustentabilidade ambiental? Foladori (2002) então explica que a crítica ao capitalismo não se sustenta por não existir ainda um modo de produção que possa substituir o modelo vigente.

Para os ambientalistas mais brandos e os economistas ambientais, basta corrigir os processos produtivos para se obter um desenvolvimento capitalista sustentável (PEARCE; TURNER, 1995 apud FOLADORI, 2002). A base deste conceito tem a crença de que ao se substituir os recursos naturais não-renováveis por renováveis, além da diminuição da contaminação, o desenvolvimento sustentável será atingido.

Por fim, Foladori (2002) aborda o conceito de sustentabilidade social como o mais controverso e polêmico e que passou por diversas transformações ao longo de trinta anos. Ele defende que existe um grande problema conceitual entre a sustentabilidade social e a sustentabilidade ecológica, pois, até a década de 1990 a discussão da problemática social estava limitada à pobreza e ao crescimento populacional, gerando contradições na definição dos problemas e se estes tinham caráter ambiental ou social.

Na concepção de Foladori e Tomasino (2000 apud FOLADORI, 2002) a sustentabilidade social tinha como pano de fundo os interesses da sustentabilidade ecológica, definindo esta sustentabilidade social como uma sustentabilidade social limitada, e sendo esta um instrumento para se atingir a sustentabilidade ecológica.

Não se coloca em discussão na sustentabilidade ecológica a capacidade humana e as relações sociais, ou seja, a relação entre ser humano e natureza. Tanto as

abordagens que privilegiam o meio ambiente, quanto as que evidenciam as relações sociais de produção, têm por base soluções tecnológicas.

Foladori (2002) aborda a impossibilidade de mudança nas relações sociais de produção. Se a sustentabilidade ecológica coloca que se tratam de mudanças nas relações técnicas, a sustentabilidade econômica sugere que estas mudanças sejam tratadas nos seus aspectos técnicos e não nos meios de produção. Porém, a sustentabilidade social também entra no aspecto técnico sem mencionar as relações de propriedade e apropriação dos recursos e as relações sociais de produção. O principal foco das abordagens sobre a dimensão social está sempre relacionado à diminuição da pobreza e do crescimento populacional.

Este modelo pode ser representado pelo ciclo vicioso que coloca a pobreza como geradora e vítima da degradação ambiental e o desenvolvimento econômico como a solução para a mesma. De outro lado temos o duplo caminho que nem coloca a culpa na pobreza e nem coloca a solução para o equilíbrio ambiental no acúmulo de capital. Conclui que as causas para a degradação ambiental perpassam políticas governamentais, os grupos de poder e os setores ricos.

Fatores como poder e governança por si só não significam alterações das relações sociais de produção. Estas mudanças são descritas por Foladori (2002) através dos movimentos de alta participação que conduzem diretamente a essas alterações. Porém, o discurso da participação dos trabalhadores nas corporações cai por terra, por estar fundamentado nas leis capitalistas e não em ações individualizadas.

O duplo caminho, como aborda Foladori (2002), traz uma grande discussão: de um lado, garantir às futuras gerações um melhor ambiente ou, de outro, garantir melhores gerações? O primeiro prevaleceu durante os últimos trinta anos do século XX e o segundo passou a ter evidência no final do século XX, com base no incremento das capacidades humanas. Os dois casos, tanto o círculo vicioso quanto o duplo caminho,

não significam alterações das relações sociais de produções. Um dos caminhos mais radicais do desenvolvimento social é a participação social. Todas as propostas para combater a pobreza são contrárias às adotadas pelas macro-políticas dos organismos internacionais. Portanto, colocar a participação social como o ponto central da sustentabilidade social surge como objetivo a ser atingido pelos organismos internacionais, e organizações não-governamentais (ONGs) na década de 1980.

Foladori (2002) explica que, ao menos no discurso, a mobilização própria faz parte do tema atual e incita para uma maior consciência social e organização social como elementos importantes para as mudanças radicais. Foladori (2002) faz uma ressalva quanto à disseminação desse conceito de participação como o mais adequado, questionando a possibilidade real de promover avanços civilizatórios significativos.

Se os anos 1960, 1970 e 1980 foram marcantes na discussão de uma base de pensamento ecológico, os anos 1990 e 2000 foram um marco na análise conjunta das questões ambientais, sociais e desenvolvimentistas.

A Rio-92, conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, trouxe como proposta a formulação de uma Agenda 21, um plano de ação da Organização das Nações Unidas para o início do século XXI, fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, adotado por 170 países. As ações estão previstas a curto, médio e longo prazo, bem como se sugere a formulação de agendas locais e regionais. Diversas propostas, metas e objetivos foram traçados, a fim de conter os impactos da globalização e suas implicações no clima mundial, porém não surtiram resultados significativos.

Dez anos depois, em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10 como ficou conhecida, redefiniu o foco para a promoção do desenvolvimento sustentável, baseado no desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Promoção



Realização



Compreende-se assim, a complexidade e a interdependência dos problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, coloca-se como os pilares para o desenvolvimento sustentável: a sociedade, o ambiente, a economia e a cultura.

O relatório da Conferência Mundial de Johannesburg apresenta um balanço que sinaliza um quadro crítico da degradação ambiental no planeta e, aliado a este tem-se a crise social, o desemprego e a fome provocados pelos efeitos da globalização nas economias dos países periféricos (ARAÚJO, 2003). Neste momento foi reconhecido, através de uma avaliação do Estado do Mundo pela ONU, que as diretrizes estabelecidas pela ECO 92 não tiveram êxito.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido associado à necessidade de promover a educação ambiental para fomentar modelos baseados na utilização dos recursos, considerando a igualdade e durabilidade. Jickling (1992 apud SAUVÉ, 1997) argumenta que a educação deve permitir que os indivíduos pensem por si, ou seja, compreendam como se dá a relação entre sociedade e ambiente, suas conseqüências, e quais relações devam ser consideradas aliadas à sustentabilidade.

Concorda-se com as afirmações proferidas pelos autores quando afirmam que a transição para um futuro sustentável não mais configura um problema técnico ou conceitual, e sim um problema de valores e de empenho político. Esta afirmativa é também sustentada na análise de Leff (2005) sobre a complexidade ambiental, em que se apresenta o contexto atual de abordagem sobre sustentabilidade.

Entende-se, portanto, que:

[...] o desenvolvimento sustentável consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental. Esta transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia (BUARQUE, 1999 apud PATIRI, 2002, p. 40).

Neste sentido, segundo Oliveira e Lima (2003), os aspectos endógenos ou internos de cada região, com base no paradigma “desde baixo”, amplia os espaços para subjetividade dos moradores locais, ou seja, o fortalecimento da base local tem sido priorizado, principalmente no que diz respeito ao direito da comunidade local de tomar parte nas decisões sobre as estratégias de desenvolvimento para a região que habita.

A sustentabilidade é uma noção integradora, norteadora e indispensável para fomentar a autogestão comunitária e deve ser entendida como:

[...] a capacidade que os atores sociais possuem para tomar decisões a respeito dos diversos aspectos que atingem suas próprias vidas. A sustentabilidade estimula a capacidade potencial dos atores para avaliarem e formularem soluções para seus próprios problemas e necessidades (JARA, 1998, p. 143).

Foladori e Tommasino (2000) comentam e concordam com o posicionamento que apresenta de Lélé (1991), no ponto em que propõe que a discussão sobre o desenvolvimento deve esclarecer as diferenças dos conceitos de sustentabilidade social e ecológica, nas quais afirmam estar o principal ponto de contradições. Reafirmam que ambos têm em comum o enfoque técnico e sugere o surgimento de um terceiro enfoque na perspectiva das relações sociais.

Foladori e Tommasino (2000), ao abordarem o conceito de sustentabilidade fazem uma ressalva quanto à evolução do mesmo, pois este é muito vago e tem evoluído com o tempo. Para os autores, o desenvolvimento sustentável implica em haver objetivos e caminhos para o desenvolvimento e, para este não ser contraditório, deve conceber e praticar um desenvolvimento ecológico e social.

Ambos os conceitos têm enfoque nas relações técnicas no que se refere à sustentabilidade ecológica, relações entre seres humanos e o ambiente. Na sustentabilidade social o conceito não é tão evidentemente técnico, pois a palavra social acaba confundindo, no entanto está mediada por soluções técnicas que não alteram as relações sociais existentes. A sustentabilidade social só é abordada quando causa insustentabilidade física ou ecológica, ou seja, na ponte para a sustentabilidade ecológica, os problemas sociais são usados para identificar problemas técnicos.

O fato da relação entre o homem e meio ambiente somente ter surgido na literatura recentemente, ao se incluir aí as relações humanas com o meio ambiente, se deve ao fato de que as relações sociais poderiam implicar em insustentabilidade. Estas não caberiam somente por inviabilidade técnica, mas também pelo funcionamento do mercado. Os autores colocam que as causas da insustentabilidade não são técnicas e sim das relações sociais capitalistas de produção.

Veiga (2005) faz uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Esta crítica está embasada pela tentativa de se vincular o crescimento econômico contínuo à conservação do meio ambiente. Destaca que para compreender esta relação é preciso observar três vieses a dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, da evolução da natureza e da configuração social do território.

O conceito de sustentabilidade, segundo Veiga (2005), foi banalizado. Para ele, “[...] a necessidade de se colocar o qualificativo ‘sustentável’ reflete, em última instância, o crescente esgotamento de um dos principais valores dos tempos modernos, e não uma mera insuficiência da noção de desenvolvimento” (VEIGA, 2005, p. 192). O autor considera o Contrariando o modelo socioeconômico vigente, mencionado anteriormente, do consumo desenfreado que leva ao desgaste dos recursos naturais e não considera como fundamentais os aspectos relativos às particularidades sociais e culturais, surgiram ao longo das décadas de 1960 e 1970

diversas práticas orientadas à sustentabilidade, dentre elas destaca-se uma das vertentes principais da atividade turística, o ecoturismo.

desenvolvimento sustentável ainda longe de delinear o surgimento de uma nova utopia capaz de suplantar a velha utopia industrialista, não mais sustentável.

O Ecoturismo como tendência para o desenvolvimento do turismo sustentável para o Século XXI

O turismo pode ser entendido e observado como uma atividade econômica potencialmente promotora de ações que, articulada com os princípios da sustentabilidade, pode contribuir para o desenvolvimento de uma localidade ou região? Para responder este questionamento é preciso compreender o turismo enquanto atividade econômica, para depois analisar a sua relação com as dimensões social e ecológica que compõem o desenvolvimento sustentável.

Diversos autores trazem abordagens sobre o turismo que ora evidenciam aspectos de caráter sociocultural, socioambiental, e ora sua característica socioeconômica. Cabe destacar que para uma melhor análise, não se deve desarticular tais aspectos.

A atividade turística vem adquirindo importância crescente nas últimas décadas no país e ganhando visibilidade principalmente em regiões e localidades nas quais não existe outra atividade econômica forte como agropecuária, indústria ou comércio e o turismo pode ser considerado como o único viés opcional de desenvolvimento. Algumas barreiras que impediam a consolidação de destinos turísticos no Brasil e atração do turismo interno foram minimizadas, tais como: discriminação dos atrativos locais, regionais e nacionais perante destinos internacionais por conta de infraestrutura turística e básica, de investimentos públicos e privados, preços mais competitivos capazes de motivar o turismo interno e também o internacional. Cabe

destacar que a participação do Brasil no mercado internacional ainda é bastante pequena, apesar de haver uma crescente inserção do mesmo.

De acordo com Palomeque (2001) a espacialização do fenômeno turístico provoca a difusão da produção e consumo turístico e, conseqüentemente, disseminação social e territorial dos benefícios econômicos do turismo.

O autor destaca as repercussões da Conferência da Cúpula da Terra em 1992 para o turismo, evidenciando a necessidade de um modelo de desenvolvimento turístico com base na sustentabilidade e na particularidade do fenômeno turístico. Explica que a qualidade ambiental passa a ser considerada fator de competitividade e consolidação de boas práticas e neste contexto, surge o conceito de turismo sustentável.

Sancho (2001) sugere uma série de alternativas para o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre o turismo e o meio ambiente, baseada na capacidade de planejamento e gestão do turismo com base sustentável. Para isso é preciso fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, a determinação da capacidade de carga; a educação ambiental dos turistas e da comunidade; a intensificação dos empreendimentos e programas voltados para o turismo ecológico; o zoneamento dos recursos naturais; os estudos de Impacto Ambiental (EIA); e a capacitação de recursos humanos (SANCHO, 2001, p. 227-240). Cabe destacar que esta relação de equilíbrio ainda não pode ser verificada de maneira empírica.

Além dos impactos ambientais e econômicos, o turismo age na dimensão sociocultural provocando interações entre o visitante e a comunidade local. Quanto mais informada e preparada estiver a comunidade para receber o turista, maior será a capacidade da comunidade de absorver os benefícios gerados por esta interação social.

De outro modo, se a comunidade não for capaz de absorver a demanda, e se

esta última não estiver adequada à oferta, em quantidade e qualidade, os impactos socioculturais negativos tornam-se evidentes. A busca pela erradicação dos impactos turísticos é em vão, pois a sua característica enquanto atividade econômica é condição básica para a existência dos mesmos. Portanto, para fins de planejamento e gestão, a finalidade é minimizar os impactos decorrentes da atividade mencionada, com base no modelo de desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo é um das segmentações do turismo. Este foi apontado pela Conferência da Terra como uma das alternativas para o desenvolvimento do turismo sustentável para o século XXI. A escolha deste recorte se dá pelo interesse de compreender sua base conceitual e por ser aplicado a muitos destinos, como é o caso de Foz do Iguaçu.

O ecoturismo, uma das segmentações do turismo de natureza, surge como uma das alternativas para áreas de proteção ambiental como forma de articular a relação entre o homem e o meio ambiente, e como atividade econômica que possa substituir práticas nocivas ao meio ambiente, inclusive de outras modalidades turísticas.

Serrano e Luchiari (2005) apontam que o ecoturismo tem uma

[...] definição imprecisa e, sobretudo, contraditória com a maior parte das práticas realizadas sob seu nome, o ecoturismo guarda, ao menos em suas conceituações mais aceitas, um forte compromisso com a inclusão voluntária e igualitária das populações locais, a conservação da bio e da sociodiversidade e a sensibilização de anfitriões e convidados para as questões ambientais (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 506).

Ressaltam uma perspectiva mais utópica do ecoturismo, que “pretende promover ou estimular a ruptura com o cotidiano estruturado pelo consumo inconsciente e pela homogeneização características de cultura globalizada” (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 506). Os autores criticam as poucas políticas públicas aplicadas ao desenvolvimento do ecoturismo e suas ações pela pouca visibilidade e justificam que:

Promoção



Realização



O mercado de ecoturismo segue se expandindo sem que uma discussão mais abrangente e que envolva seus diversos atores sociais se estabeleça de fato, para além de esforços localizados em algumas regiões, como Bonito (Mato Grosso do Sul) e Brotas (São Paulo), e de algumas ações governamentais e de organismos não governamentais (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 505-506).

Serrano e Luchiari (2005) apresentam a ação governamental dos Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo dentro da Política Nacional do Turismo cujos objetivos, segundo Magalhães (2001 apud SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 507), incluíam sua relevância na formação de uma rede sistêmica de ecoturismo; facilitação da interação dos agentes públicos e privados que organizam o setor; promoção e capacitação de recursos humanos; difusão de conhecimentos que possibilitem a conscientização ambiental; e o estímulo a novos negócios. Nessa análise foram identificados 96 pólos de ecoturismo no país, sendo que estes estão concentrados principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Os principais destinos ecoturísticos do Brasil, segundo Ferreira (2003 apud SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 508), possuem relação com unidades de conservação ambiental. Este fato, para Serrano e Luchiari (2005), evidencia um problema de gestão do território a ser resolvido, pois as mesmas áreas que devem ser preservadas e mantidas distantes da lógica do capital e da especulação imobiliária são oportunizadas por empreendimentos de padrão internacional.

Serrano e Luchiari (2005) apontam que o projeto federal é implantar o turismo internacional.

Esse fato, além de estimular a “guerra dos lugares” na busca em atrair os investimentos e os fluxos turísticos, reforça as desigualdades regionais, pois acentua a capacidade de tornar o turismo um vetor do desenvolvimento urbano e regional nas regiões economicamente mais consolidadas do sul e sudeste, em relação às regiões norte, nordeste e centro-oeste. Para essas últimas, que parecem reviver na nova fase de colonização, a implantação dos grandes projetos

turísticos, ao invés de estimular o desenvolvimento local, rende o território aos interesses internacionais (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 508).

Destacam os autores que uma das características dos projetos turísticos contemporâneos é a concentração de infra-estrutura. “Esse procedimento otimiza o investimento e precariza as condições de vida das populações locais que, não podendo pagar pela modernização, acabam segregadas em seu próprio território” (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 508).

A sustentação econômica da atividade toma para si as melhores estratégias locacionais e os recursos paisagísticos mais privilegiados. O potencial atrativo das regiões é determinado pela valorização externa de seu patrimônio ambiental, independentemente das dinâmicas culturais e produtivas locais. A refuncionalização turística dos lugares, determinada pelo mercado internacional, é organizada por modelos econômicos racionais que programam, de cima para baixo, as territorialidades locais. A valorização da diversidade cultural presente em nosso território, assim como a emancipação e a autonomia das comunidades, é substituída pelo enclausuramento de remanescentes naturais e de grupos sociais economicamente privilegiados (LUCHIARI, 2002 apud SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 508-509).

O marco para o desenvolvimento do turismo de natureza, mais precisamente o ecoturismo, deu-se a partir da Conferência da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (Rio-92). Neste momento, surge com a conotação de um turismo idealizado como sustentável.

Pires (2005) relaciona o ecoturismo com os princípios do paradigma do desenvolvimento sustentável que, ao mesmo tempo, passa a ser a idealização da sustentabilidade do turismo. A delimitação da base conceitual do ecoturismo no mundo passa a ser concebida no final da década de 1980 e se consolida a partir dos trabalhos de Caballos-Lascuráin.

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza juntamente com as manifestações do passado ou presente que possam existir – e que, ao mesmo tempo, promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento sócio-econômico ativo das populações locais (CABALLOS-LASCURÁIN, 1993 apud PIRES, 2005, p. 484).

De acordo com Pires (2005) esse conceito orientou a elaboração em 1994 das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo que o definiu:

É um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994, p.19).

Pires (2005) partilha da opinião de Serrano e Luchiari (2005) quando destaca que há um hiato entre a teoria e a prática do ecoturismo, pois existem impactos que devem ser observados e aspectos que devem ser considerados na construção da identidade do ecoturismo. Impactos do ecoturismo nos destinos: redução do consumo direto e indireto de recursos naturais; adoção de estudos e monitoramento das atividades e de seus impactos; adaptação da infra-estrutura ao ambiente natural e cultural dos destinos; disseminação em pequenos grupos e com operação de pequena escala e adaptação do turista aos destinos – comportamento e consumo (PIRES, 2005, p. 485).

Cabe ressaltar que os impactos positivos do ecoturismo são decorrentes de boas práticas e essas são desenvolvidas a partir da adoção da educação ambiental, quando as ações não estão presentes ainda na base de formação de uma sociedade. Para isso é preciso o desenvolvimento da interpretação ambiental - sensibilização,

percepção e assimilação de conhecimentos, a preparação dos visitantes/turistas – iniciada nos meios de comunicação (PIRES, 2005, p. 485).

A contribuição do ecoturismo para a conservação da biodiversidade, pode se dá de forma direta, indireta e permanente. Diretamente - geração de receitas e serviços usados na proteção, pesquisa e manutenção dessas áreas, indiretamente - alternativas de renda à população local e permanentemente - meio estratégico da disseminação da consciência ecológica e ambiental (PIRES, 2005, p. 485-486).

Os benefícios socioeconômicos do ecoturismo não podem estar atrelados à exploração predatória dos recursos naturais e devem ser agregados à localidade e à região. Geração de benefícios socioeconômicos para localidades, regiões anfitriãs: apoio à melhoria do nível de educação da comunidade local junto a atividades fornecedoras de serviços ao ecoturismo; estímulo ao associativismo e ao cooperativismo nas comunidades – organização social e política; geração de oportunidade de negócios em escala local e geração de empregos e oportunidades de trabalho à comunidade local junto a atividades fornecedoras de serviços ao ecoturismo. (PIRES, 2005, p. 486).

Pires (2005) reconhece o ecoturismo como incorporação dos princípios econômicos, sociais e ambientais do turismo, além de outros, e descreve-o como o diferenciador do conceito mais amplo de turismo sustentável. Os princípios do ecoturismo são: contribuir para a conservação do patrimônio natural e cultural; incluir as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento e exploração, contribuindo para o seu bem-estar; interpretar o patrimônio natural e cultural do destino para os visitantes e restar-se melhor aos viajantes independentes como aos circuitos organizados para grupos de tamanho reduzido (PIRES, 2005, p. 486).

O ecoturismo é observado como segmento de mercado turístico inserido como

Promoção



Realização



turismo de natureza, vinculado ao turismo cultural e rural (PIRES, 2005, p. 487. Adaptado do PNUMA, 2001). O ator coloca o ecoturismo como viável, a partir da experiência bem sucedida em escala local, distribuída em várias regiões do mundo. Entretanto, se analisados os instrumentos de medição, controle e fiscalização, percebe-se que estes seguem uma lógica humana e não a consideração da capacidade de preservação e conservação da fauna e flora, conforme explica Veiga (2005).

Ecoturismo como segmento de mercado de turismo está inserido no turismo de natureza, assim como ocorre com o turismo de aventura. No entanto, estas modalidades possuem características distintas em função de suas motivações. O Ecoturismo está vinculado à atividade de Contemplação e a observação das características naturais e dos recursos culturais e o turismo de aventura a prática de O exercício físico e a experimentação de sensações desafiadoras no ambiente natural, em áreas remotas ou de difícil acesso (PIRES, 2005, p. 487).

Ainda se pode dividir o ecoturismo em cinco enfoques e modalidades: educativo e Interpretativo; lúdico e recreativo; científico e especialista; esportivo e de aventura; místico e esotérico (PIRES, 2005, p. 489)

O autor aponta diversos setores da sociedade com interesse e atuação no ecoturismo: governos em nível local, regional e nacional; ONG's e setor privado; institutos de ensino; órgãos de financiamento; comunidades locais; imprensa; público turista. Entretanto, destaca:

A marca do ecoturismo só será reconhecida se os respectivos programas e roteiros contemplarem, de alguma forma, o componente educativo, a integração cultural dos participantes com os habitantes locais e a atuação para com os impactos negativos das atividades no meio ambiente natural onde se desenvolvem todas essas modalidades, destinando ainda parte das receitas geradas para a conservação da natureza preferencialmente nos próprios destinos (PIRES, 2005, p. 489).

Soldateli (2005), em seu estudo, utiliza a expressão turismo de natureza, agregando a este o ecoturismo, pois contempla todos os segmentos do turismo que têm como foco de interesse o uso da natureza, esta compreendida como tudo que não tem participação humana. Além disso, entende o recurso turístico e atrativo turístico com o mesmo significado. Cabe questionar: qual ambiente pode-se considerar natural? É possível falar em turismo de natureza? Pode o turismo contribuir para a solução da problemática ambiental?

Segundo Budowski (1976 apud SOLDATELI, 2005, p. 519) existem três formas de relação entre o turismo e a conservação ambiental. De conflito: presença do turismo prejudicial à conservação ambiental. De pouco contato entre ambos podendo tornar-se uma relação de conflito ou de simbiose. De simbiose: conservação ambiental – pessoas obtendo benefícios em sentido físico, estético, cultural, científico.

No estágio de conflito a convivência entre turismo e meio ambiente provoca impactos sócio-ambientais evidentes e algumas vezes irreversíveis o que, para o turismo, significa a perda de recursos turísticos. Outro estágio bastante importante a ser observado é o estágio de coexistência, pois este pode gerar tanto o conflito como a simbiose, a depender das estratégias de desenvolvimento adotadas. Por fim, o estágio de simbiose refere-se à promoção do turismo e a geração de divisas para os países e de trabalho e renda para as comunidades locais, enquanto contribui para a conservação ambiental. Este último cenário representa o posicionamento do turismo em que se espera equacionar a relação entre turismo, sociedade e desenvolvimento, em bases sustentáveis, e que se encontra densamente presente na literatura.

De fato, o turismo não pode existir a menos que os recursos sobre os quais se baseia sejam protegidos, dessa forma, o turismo pode incentivar a criação de áreas naturais protegidas e ainda garantir às comunidades envolvidas o poder de decisão e controle sobre seu próprio desenvolvimento, sendo também um eficiente meio para a promoção da educação ambiental dos visitantes, envolvendo-os ativamente nos esforços conservacionistas (SOLDATELI, 2005, p. 519).

Soldateli (2005, p. 521), com base em Kauss Graefe e Vaske (1990), explica os princípios básicos para a determinação de impactos sociais e ecológicos: existe uma variedade de parâmetros interrelacionados que podem ser identificados como indicadores de impactos; muitos impactos não exibem relação linear direta com a quantidade de usuários; um dos fatores principais para uso/impacto é a variação de tolerância entre diferentes ambientes e grupos sociais (residentes e visitantes); outro fator é a modalidade da atividade desenvolvida e são influenciados por características ambientais locais e variáveis sazonais.

Diversos componentes ambientais estão sujeitos aos impactos negativos do turismo de natureza, sendo a classificação de Caballos-Lascuráin (1996 apud SODATELI, 2005) a mais utilizada. Componentes ambientais sujeitos a impactos do turismo de natureza são a vegetação; elementos geológicos, minerais, fósseis e solos; recursos hídricos, saneamento; vida selvagem e estética da paisagem (SOLDATELI, 2005, p.521).

Os impactos ambientais nos recursos apresentam-se de acordo com Soldateli (2005) através de: mudanças no uso e ocupação do solo; remoção e movimentação de solos; desmatamento para obras de infra-estrutura e construção de equipamentos turísticos; compactação, erosão e perda de solos ricos em nutrientes; assoreamento de rios e cursos d'água; aterramento e destruição de nascentes; uso descontrolado da água e falta de tratamento adequado de efluentes², diminuindo a disponibilidade de água e contaminando lençóis freáticos e águas superficiais; gestão inadequada de resíduos sólidos gerando a contaminação de solos e águas, bem como a atração de animais transmissores de doenças (baratas, ratos, pombos, etc.); perda generalizada de biodiversidade causada, direta ou indiretamente, por todos os fatores listados acima; diminuição da qualidade visual da paisagem.

² Resíduo ou rejeito (de atividade industrial, esgotos sanitários etc.) lançado no meio ambiente. FERREIRA, A. B. DE O. **Novo Aurélio Século XXI**: O dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Conclui-se que os impactos gerados pelo turismo são pontuais e que mesmo assim, geram conseqüências que podem ser equivalentes às descritas anteriormente e verificadas na sua dimensão territorial.

Coduras (2004) aborda o turismo e o desenvolvimento sustentável a partir da visão espanhola. Nesta, para atingir o turismo sustentável dos destinos, utilizam-se de estratégias como “moratórias turísticas” ou “ecotaxa”. No entanto, critica os destinos que mesmo tendo se utilizado do conceito de desenvolvimento sustentável, não fizeram análise dos impactos da atividade no meio ambiente e no meio cultural.

O autor explica que os impactos negativos do turismo poderiam ser minimizados se fossem considerados três aspectos: a intensidade da atividade turística; a resistência de ecossistemas e o caráter transformador do desenvolvimento turístico.

Alban (2006) argumenta que o baixo desempenho do turismo no Brasil está atrelado ao pressuposto de considerá-lo uma rota natural e fácil. Para o autor é preciso que se considere a complexidade do turismo e o quanto é importante desenvolver boas estruturas de governança.

Segundo Alban (2006) as estruturas de governança não agem sozinhas, precisam de um ambiente institucional estruturado, com definição de parâmetros e possibilidades de atuação de diferentes organizações / estruturas de governança. O ambiente institucional inclui as organizações formais e informais.

Em seu estudo de caso Alban (2006) exemplifica o caso da Praia do Forte como um modelo de governança que originou um círculo virtuoso do turismo naquela localidade. A Praia do Forte é colocada como um raro caso de desenvolvimento turístico sustentável no país. E o autor explica o turismo como um grande impulsionador das economias de países em desenvolvimento e destaca que o Brasil não consegue absorver o grande potencial do mesmo, tornando-se um grande paradoxo.

Em sua obra Alban (2006) aborda os investimentos do turismo que surgiram desde o início da década de 1990 sustentados a partir da idéia que os investimentos em infraestrutura e de recuperação do patrimônio histórico-cultural, seriam suficientes pra atrair empreendedores e turistas.

A crítica é sintetizada na seguinte perspectiva “a infra-estrutura chega, viabiliza o *boom* turístico, mas não o sustenta. Assim, logo em seguida vem a saturação e a degradação social e ambiental dos complexos” (ALBAN, 2006, p.4).

Dentro deste contexto cita os destinos turísticos baianos de Itaparica, Morro de São Paulo, Ilhéus-Olivença e Porto Seguro. E justifica que outros destinos já apresentam tal configuração, a exemplo de Itacaré, Baía de Camamú e de boa parte do Litoral Norte da Bahia, exceto o caso da Praia do Forte. A consideração da Praia do Forte ser sustentável leva em conta a sua existência já há muito tempo.

Ao considerar a “cadeia produtiva do turismo”³, Alban (2006) explica que o mercado (turista) vai até a “matéria-prima” da região ou cidade turística, o que justifica as estruturas de governança mais complexas que em outros setores.

Justifica a baixa freqüência de transações, por conta do fato de o turista muitas vezes ir somente uma vez ao local, não existindo estímulo para uma concorrência virtuosa, portanto, o que ocorre em geral é uma concorrência predatória. Os custos de transação no turismo são considerados muito altos, e podem inviabilizar um destino.

Para o desenvolvimento da boa governança são necessárias três bases: sinalização, integração horizontal e integração vertical. A sinalização oferece as informações necessárias ao turista e a diminuição de incerteza. A integração horizontal, através do surgimento de cadeias ou redes de hotéis, que amplia a

³ “Cadeia produtiva do turismo”, Apesar do turismo não fazer parte do setor industrial, pois não produz e não transforma um bem, atualmente de acordo com a economia mundial globalizada, os temas competitividade, inovação tecnológica e sistemas de produção são discutidos com enfoque sistêmico o que inclui nesse contexto a atividade turística. Castro, Lima e Cristo (2002).

freqüência, reduzindo a incerteza e os custos de transação de todo o sistema possibilitando o desenvolvimento de reputação e a redução de incerteza na cadeia turística. A integração vertical articula o hotel, empresa transportadora e as agências de receptivo, contribuindo também, para redução dos custos de transação do sistema, possibilitando uma maior freqüência e diminuição das incertezas.

Justifica o fato da Praia do Forte ter tido um “dono” Klaus Peters⁴ e o trabalho da Fundação Garcia D’Ávila, criada pelo mesmo, na qual segundo Alban criou, uma fantástica estrutura de governança para o desenvolvimento da área viabilizando o desenvolvimento turístico local, através do ordenamento do uso e ocupação do solo. Além disso, o autor afirma que a Praia do Forte vem crescendo de forma razoavelmente equilibrada e que o turismo seria um caminho para o desenvolvimento sustentável.

Brito, 200 em sua dissertação de mestrado faz uma análise empírica das relação entre o Projeto TAMAR e o turismo na Praia do Forte, se este orienta para práticas sustentáveis, haja vista que possui um forte apelo ao ecoturismo e a concepção de vila. Os resultados refletiram uma total ausência da comunidade na participação de tomadas de decisão sobre o turismo, com forte desterritorialização, em sua maioria deslocada para a margem da rodovia e uma descaracterização da Vila de Pescadores em Praia do Forte. A pesca é atividade que persiste precariamente, com alguns pescadores mais resistentes. A paisagem já foi totalmente alterada e o que se observa é um shopping a céu aberto. As construções imobiliárias e turísticas confrontam com um ecossistema frágil que já aparenta alguns conflitos de perda de biodiversidade e de atratividade, a exemplo da Reserva Sapiranga.

⁴ Klaus Peters, empresário paulista e de descendência alemã, comprou na década de 70 a Fazenda Praia do Forte, na qual está situada a Vila de Praia do Forte, Castelo Garcia D’Ávila, uma grande área de Mata Atlântica e 12 km de praias.

Conclusão

Os destinos turísticos têm de observar que a qualidade ambiental é tema central de discussão em todos os âmbitos e que no turismo este é fator de competitividade. Esse artigo teve como objetivo fazer uma discussão sobre as discussões ambientais, a evolução do conceito de desenvolvimento e da adoção do ecoturismo como o modelo de turismo considerado sustentável. Entretanto, a utilização do termo “eco” indiscriminadamente, sem a compreensão que a prática do ecoturismo, requer uma inclusão das populações locais de modo igualitário e voluntário, a preservação da sócio e bio diversidade, bem como, a necessidade de sensibilizar a todos envolvidos para as questões ambientais, conforme explicitou (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 506).

O turismo de natureza se diferencia do turismo na natureza em função, do entendimento da manutenção da qualidade ambiental para a sobrevivência do destino, e que para isso, é necessário ter na educação essa postura transformadora, capaz não só de promover a sensibilização ecológica, mas de uma mobilização própria e social em relação aos aspectos mais emergentes da sociedade.

Ao trazer o modelo de governança aplicado a Praia do Forte analisado por Alban (2006) espera-se ampliar as discussões sobre sustentabilidade, na qual esta não pode estar assentada na durabilidade do destino, bem como em uma estrutura de ocupação do uso e solo que arquitetonicamente não existe nenhuma depredação e impacto ambiental aparente, no entanto, as transformações socioculturais que são intangíveis, com perda de sociodiversidade, que refletem um modelo do paradigma “desde cima”, sem consulta da comunidade e socioambientais com perda de paisagem e biodiversidade. Portanto, pode-se falar em qualidade ambiental sem inclusão social?

O turismo tende a usufruir, do mesmo modo que o capitalismo dos recursos naturais, quando exaure os mesmos, busca novas localidades para continuar sua prática

exploratória, cabe aos atores locais do desenvolvimento compreender que a manutenção da qualidade ambiental e mais que fator de competitividade é questão de sobrevivência. Entretanto não cabe a comunidade resolver a problemática social e ambiental gerada pelo desenvolvimento econômico, pois as forças de base local não podem frear os impactos provocados pelos mesmos, a não ser que a gestão do turismo se de com base em comunidade organizada e qualificada para tal.

Referências

ALBAN, M. **A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso da Praia do Forte:** Uma análise exploratória com base na Nova Economia Institucional. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores em Globalización e Territorio – Bahia Blanca, Argentina, meio de 2006.

ARAÚJO, L. C. de. Do global ao local: globalização, desenvolvimento sustentável e ecologia – os três grandes paradigmas do fim do século. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano V, n.8, p.33-39, Julho 2003.

BRASIL. MICT/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

BRITO, V. C. Turismo desenvolvimento local/regional e sustentabilidade: estudo de caso do projeto Tamar em Praia do Forte-Bahia./Vivian Costa Brito. - 2008. 268 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrado em Análise Regional, 2008. Orientador: Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento sustentável: conceitos e desafios. **Bahia Análise & Dados**, Salvador v.6, n.2, p.05-15, 1996.

CAPRA, F.. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos . São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. **Cadeia**

produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. Salvador, 2002.

Apresentado ao 22º Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Salvador, 2002.

Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl1197031881.pdf>.

Acesso em: jul./2004.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CODURAS, O. Turismo y Desarrollo Sostenible: una visión española. In: BARBOSA, Luiz G.M.; ZOUIN, Debrah M. (Org.). **Gestão e Turismo e Hotelaria**: experiências públicas e privadas. São Paulo: ALEPH, 2004.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad, Territorio**. Vol III, Num. 12, 2002, 621-637.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. **R. Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 67-75, jan./jun. 2000.

JACOBI, P. R. Meio ambiente e sustentabilidade. In: CEPAM. (Org.). **O Município no século XXI**. São Paulo: CEPAM, 1999, v. , p. 175-184. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/servico/download.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília-DF: IICA; Recife: Seplan, 1998.

LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços** - Revista do do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/ Gráfica Universitária, n. 13, 2005. p.11-30, Semestral.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio Ambiente e Custos Sociais no Moderno Sistema Produtivo de Mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 46-47.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. Domus online: **Revista Teoria Política Social Cidade**. Salvador, v1, n.1, jan/jun. 2004. disponível em: <http://fbbbr/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em 14 jun. 2005.

OLIVEIRA, J.; LIMA, J. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PALOMEQUE, L. El concepto de desarrollo em Arnold J. Toynbee. In: LÚZON, J.; SPINOLA, N. **Desarrollo regional**. Barcelona: Xarxa Temática MEDAMERICA, 2001. p.48-49.

PIRES, P. dos S. Estudando o ecoturismo. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 484-493.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável**. Repórter Eco. Dez. 2006. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/reportereco/materia.asp?materiaid=516>. Acesso em: out. 2006.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. pp. 09-43.

SANCHO, A. (Org). **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SAUVÉ, L. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa*. **Revista de Educação Pública**, v 6, nº10, p.72-102, 1997.

SERRANO, C.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Eco) Turismo, e meio ambiente no Brasil? Territorialidades e contradições. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p.505-515.

SOLDATELI, M. Impactos ambientais negativo no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 517-537.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI**. São Paulo: Garamond, 2005.